



JUCESP PROTOCOLO
1179016/07-5

COLEGIADA
MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE C.C.



CNPJ nº.88.619.191/0001-4

NIRE 43300001075

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DE 15/01/07**

HORA E LOCAL: 14:00 horas, na sede da sociedade, sita em Porto Alegre/RS, à Rua Visconde de Pelotas, nº 360.

QUORUM: Acionistas representando mais de 2/3 do capital com direito a voto.

COMPOSIÇÃO DA MESA: João Carlos Silveiro - Presidente;
Michael Lenn Ceitlin - Secretário.

PUBLICAÇÕES: Efetuadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio de Porto Alegre-RS, nas edições dos dias 27, 28 e 29/12/06, e na Gazeta Mercantil (encarte São Paulo), nas edições dos dias 27, 28/12/06 e 02/01/07.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do artigo 2º do Estatuto Social, visando à transferência da sede da Companhia para São Paulo-SP.

DELIBERAÇÕES: Foi deliberado, unanimemente, além de lavrar a presente ata sob a forma sumária, transferir a sede da Companhia para São Paulo-SP, no Centro Empresarial, à Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco G, 1º andar, CEP 05804-900, pelo que reformar o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A sociedade tem sede, foro e administração na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo criar e manter filiais, escritórios e quaisquer departamentos ou depósitos em todas as partes do território nacional e exterior, a critério da Diretoria "ad referendum" do Conselho de Administração."

Em decorrência da transferência da sede para São Paulo/SP, é procedida a consolidação do estatuto social (IN 100 DNRC, item 11.1.2.3):

"MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO. - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - Art. 1º - **MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO** é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis. Art. 2º - A sociedade tem sede, foro e administração na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo criar e manter filiais, escritórios e quaisquer departamentos ou depósitos em todas as partes do território nacional e exterior, a critério da Diretoria "ad referendum" do Conselho de Administração. Art. 3º - A sociedade tem por objetivo: a) indústria e comércio: 1) motores, máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos para fins industriais e para uso doméstico; 2) pertences metálicos e artigos para mesa, cutelaria, adorno, beleza e higiene; 3) artigos e componentes metálicos e plásticos para indústria de calçados, couro, plástico, confecções e eletro-eletrônicos; 4) fundição de metais ferrosos e não ferrosos; 5) peças metálicas para máquinas agrícolas, móveis, material escolar, de escritório e profissional em geral; 6) matrizes para estamperia e para injeção plástica ou metálica. b) Atividades agro-pastoris e reflorestamento, inclusive a comercialização de seus produtos. c) Importação, exportação e comercialização de equipamentos, produtos e matérias primas relacionados com os objetivos sociais retro transcritos. d) Participação em outras sociedades, como acionista, quotista ou sócia. Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES** - Art. 5º - O capital social é de R\$ 61.248.506,05 (sessenta e um milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e seis reais e cinco centavos), dividido em 47.401.013 (quarenta e sete milhões, quatrocentas e uma mil e treze) ações, sendo 24.638.175 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e setenta e cinco) ações ordinárias e 22.762.838 (vinte e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão prioridade na distribuição de um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, incidente sobre o valor que resultar da divisão do capital realizado pela quantidade de ações existentes à data da declaração do dividendo e participarão nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurado a estas dividendo igual ao mínimo. Parágrafo 2º - As ações preferenciais também participarão na proporção que representarem no capital social, da capitalização da reserva de capital proveniente da correção monetária do capital realizado, ficando todavia, tal capitalização a critério da Assembléia Geral, sendo obrigatória somente quando o saldo da conta a que se refere o inciso I do artigo 297 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social e sendo feita mediante a emissão ou não de novas ações, conforme escolha da Assembléia Geral, observada, na hipótese da emissão de novas ações, a proporção entre as espécies existentes. Parágrafo 3º - As ações decorrentes dos aumentos de capital serão colocadas à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação do ato que os aprovar. Parágrafo 4º - A companhia poderá cobrar o custo da substituição dos certificados, quando pedida pelo acionista. Art. 6º - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações

para subscrição pública ou particular, observados o limite de 11.650.000 (onze milhões, seiscentas e cinquenta mil) ações ordinárias e 23.300.000 (vinte e três milhões e trezentas mil) ações preferenciais, as espécies e proporção entre as ações existentes e assegurado aos acionistas, por prazo não inferior a trinta (30) dias contado da data da publicação pela imprensa do anúncio de início da subscrição, o direito de preferência, ressalvada a hipótese do inciso II, do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas. Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão, a forma, o prazo e, quando a integralização não for à vista, o valor da entrada mínima, os direitos conferidos às ações, o tratamento a ser dado às sobras não subscritas no período preferencial e, quando for o caso autorizará a Diretoria a contratar com uma ou mais instituições financeiras autorizadas, a colocação pública das ações. Parágrafo 2º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 7º - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, na forma prevista neste Estatuto. Seus membros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse, no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. **SEÇÃO I: DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Composição e Substituição - Art. 8º -**

O Conselho de Administração é composto por até 6 (seis) acionistas residentes no país, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e de 1 (um) a 4 (quatro) Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e, a qualquer tempo destituídos. Parágrafo Único - A Assembléia Geral Ordinária, antes de eleger os membros do Conselho de Administração determinará pelo voto majoritário, o número de Conselheiros a serem eleitos. Também pelo voto majoritário, designará dentre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Órgão, aos quais caberá, indistintamente, representá-lo perante a sociedade e terceiros. Art. 9º - O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente por determinação sua ou por solicitação de qualquer dos seus membros, mediante carta, telegrama ou telex, contendo a Ordem do Dia, observando um prazo prévio de convocação de pelo menos 5 (cinco) dias, dispensando-se esse prazo quando presentes todos os membros ou tiverem os ausentes concordado, por escrito, com essa dispensa. Parágrafo Único -

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em dia e hora estabelecidos, se possível, na reunião anterior. Instalação, Deliberação e Funcionamento - Art. 10 - O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de pelo menos 2/3 de seus membros. Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo seu Presidente, ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, e, na falta dos mesmos, por qualquer membro escolhido pelos demais, e secretariadas pelo Secretário. Parágrafo 2º - As deliberações serão aprovadas por maioria de votos e os membros ausentes poderão ser representados por outros membros do Conselho, vedada a representação múltipla, ou ainda, expressar seu voto por meio de carta, fax ou telegrama. Parágrafo 3º - Das deliberações serão

lavradas atas no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Parágrafo 4º - Ao Presidente do Conselho de Administração incumbirá transmitir à Diretoria e à Assembléia Geral, conforme for o caso, as deliberações tomadas em suas reuniões, sendo também à sua atenção endereçadas todas as comunicações dirigidas ao Conselho de Administração. Competência - Art. 11 - O Conselho de Administração, além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, terá os seguintes: a) aprovar instruções operacionais; b) estabelecer as normas gerais a serem observadas pela Diretoria relativas às operações da sociedade, política comercial, administração do pessoal, compras, investimentos e contabilidade; c) criar e abolir, quando julgar necessário, grupos de trabalhos para seu assessoramento e designando suas funções e fixando a remuneração de seus membros; d) aprovar os orçamentos de operação, de capital e financeiros; e) aprovar novos empreendimentos ou a expansão dos já pendentes; f) atribuir e distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma remuneração mensal ou anual, global ou individual, até o montante que for estabelecido pela Assembléia Geral, bem como a participação estatutária; g) aprovar previamente: I. aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; II. aquisição de bens para o ativo fixo e alienação ou oneração de bens que o integram, bem como aquisição, alienação ou oneração de bens fora do curso normal dos negócios, quando o valor dos bens exceder os limites fixados previamente pelo próprio Conselho de Administração; III. aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de outras empresas, inclusive os investimentos decorrentes de incentivos fiscais; IV. recebimento ou concessão de empréstimos, cujo prazo seja superior a 1 (um) ano; V. prestação de garantias, de qualquer natureza, inclusive a favor das sociedades controladas ou coligadas; VI. contratação de empregados com salário acima dos limites periodicamente fixados por deliberação do próprio Conselho de Administração; VII. celebração de contratos de assistência técnica, de qualquer natureza, de uso de patentes ou marcas, de prestação de serviços ou empreitadas quaisquer, inclusive consultorias, promoções, ou propagandas e seguros; VIII. celebração de quaisquer contratos com membro da Diretoria ou do Conselho de Administração. Remuneração - Art. 12 - Os membros do Conselho receberão uma remuneração na forma fixada pela Assembléia Geral, obedecidos os dispositivos legais e estatutários próprios. **SEÇÃO II: DA DIRETORIA - Composição e Substituição** - Art. 13 - A Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Superintendente, de 2 (dois) a 6 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração com mandatos de 1 (um) ano, empósados mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, dispensados de caução, podendo ser reeleitos, a qualquer tempo destituídos e exercendo validamente os respectivos mandatos até a posse dos seus substitutos. Reunião da Diretoria - Art. 14 A Diretoria se reunirá, com um quorum mínimo de 3 (três) de seus membros, deliberando por maioria de votos. Parágrafo Único - Das deliberações serão lavradas atas de Reuniões da Diretoria. Competência - Art. 15 A Diretoria terá os poderes e atribuições que a lei e este Estatuto lhe conferem, para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que

não forem da competência privativa da assembleia Geral ou do Conselho de Administração, subordinando-se a uma manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias mencionadas na letra "g" do artigo 11 deste Estatuto. Art. 16 - As atribuições dos Diretores serão estabelecidas pelo Conselho de Administração. Remuneração - Art. 17 - Os Diretores receberão uma remuneração, mensal ou anual, tendo em vista o fixado pela Assembleia Geral, resguardadas as disposições legais próprias. Representação da Sociedade - Art. 18 - A sociedade será representada, em juízo, ativa e passivamente, por 2 (dois) Diretores. Art. 19 - Obtida a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias especificadas na letra "g" do artigo 11 deste Estatuto, a sociedade obrigará-se a validamente: I. pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações "ad negotia" e "ad judicia" e na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceites e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objetivo social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinatura de escrituras e documentos pertinentes. II. Pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. III. Pela assinatura de dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. IV. Pela assinatura de um Diretor e um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada nos atos de representação da sociedade em juízo, inclusive a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., CACEX, Concessionárias de Serviços Públicos, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos Bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimento e quitação de crédito da sociedade. Parágrafo Único - As procurações "ad negotia" terão o prazo determinado não excedente a um ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou de cargo do outorgado, se este fato ocorrer antes do prazo estabelecido no mandato. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações "ad negotia" serão consideradas automaticamente expiradas no final do exercício em que forem outorgadas. Art. 20 - É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria prestar avais, fianças ou qualquer outra obrigação do tipo das denominadas "de favor", salvo se for no exclusivo interesse da sociedade. **CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL** - Art. 21 - As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com os quoruns igualmente previstos em lei. Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de

Administração, e os seus trabalhos serão dirigidos pelo presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL** - Art. 22 - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, que será instalado a pedido de acionistas que representem 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, os quais terão a remuneração, as funções e deveres obedecido o que a lei determina. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO** - Art. 23 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ao fim do qual a Diretoria fará as demonstrações financeiras previstas em lei. Art. 24 - Do resultado do exercício, após deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto de renda, será destinado, a título de participação do Conselho de Administração e da Diretoria, parcela de até 10% (dez por cento) do mesmo, à disposição do Conselho de Administração para os efeitos da alínea "f" do artigo 11 do Estatuto, bem como de uma importância de até 5% (cinco por cento), por proposta do Conselho de Administração e aprovação da Assembléia Geral, para a FUNDAÇÃO ABRAMO EBERLE, dentro de suas atividades de assistência social aos servidores e respectivos dependentes da MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO. Art. 25 - Do lucro líquido, assim apurado, serão destinados: a. (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. b. Parcela que a Assembléia Geral, por proposta dos órgãos de administração, vier a destinar como reserva de contingência ou retenção de lucros para orçamento de capital por ela previamente aprovado. c. no mínimo 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas, assegurado sempre em primeiro lugar, dessa quantia, o dividendo mínimo das ações preferenciais, atribuindo-se, em seguida, igual dividendo percentual por ação às ações ordinárias, e o saldo, em igual percentual por ação, às ações ordinárias e preferenciais com a ressalva prevista no Parágrafo 4º, artigo 202 Lei 6.404/76. Parágrafo Primeiro - O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Parágrafo Segundo - Como remuneração do capital, e observadas as disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração ad referendum da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. Art. 26 - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais. **CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO** - Art. 27 - A sociedade será dissolvida e liquidada nos casos e na forma previstos em lei.

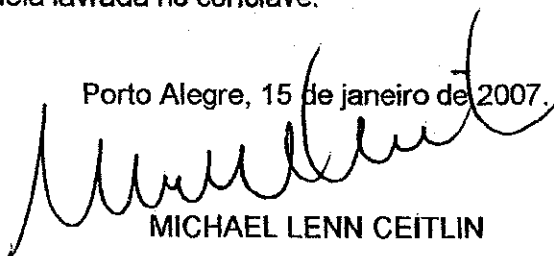
ENCERRAMENTO DA ASSEMBLÉIA: Ata lida e aprovada, por todos os

acionistas presentes ao conclave.


(Assinaturas: JOÃO CARLOS SILVEIRO – Presidente; MICHAEL LENN CEITLIN – Secretário; HÉRCULES S.A. FÁBRICA DE TALHERES - Michael Lenn Ceitlin; ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. - Michael Lenn Ceitlin; ELECE ADM. E PART. LTDA. – EM LIQUIDAÇÃO - Michael Lenn Ceitlin – Liquidante; ZENITH ADM. E PART. LTDA. - Michael Lenn Ceitlin; HAMMERS DO BRASIL ADM. E PART. LTDA. - Paulo Cesar Pozo de Matos; ATRIUM ADM. E SERV. LTDA., ATRIUM INV. ADM. E ASSESSORIA LTDA., TODAY PART. E ASSESSORIA LTDA. e JOSÉ PAULO NUNES DA COSTA – pp. EMILIO SALOMÃO ELIAS)


Na qualidade de Secretário desta Assembléia, declaro ser a presente ata cópia fiel daquela lavrada no conclave.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2007.



MICHAEL LENN CEITLIN

 JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/02/2007
SOB Nº: 2798587
Protocolo: 07/010948-6
Empresa: 43 3 0000107 5
MUNDIAL S/A PRODUTOS DE
CONSUMO


Maria Honorina de Bittencourt Souza
SECRETÁRIA-GERAL